



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ADULTO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Julyana Christine Cunha Souza (1); Priscila de Sousa Barbosa (4)

Universidade Estadual do Maranhão

juucsouza@hotmail.com

priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

RESUMO: A inclusão escolar sem dúvida é um processo que vem sendo organizado em todos os espaços escolares e tem sido o centro de discussão dos grandes debates dos estudiosos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Estas discussões, prioritariamente desenvolvidas na educação básica tem possibilitado ao aluno com deficiência uma maior participação social e educacional, mas e quando esse aluno conclui a educação básica, como ele vem sendo recebido no ensino superior? Sabe-se que a Lei n.º 13.146/15, a chamada Lei da Inclusão Escolar abriu um maior ponto para essa discussão, mas chama-nos atenção ao atendimento a um grupo específico, o de alunos adultos com transtorno do espectro autista no ensino superior. Por conta destas questões, este estudo tem por objetivo verificar como tem se dado esse processo de inclusão de um adulto com transtorno do espectro autista no ensino superior na Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa desenvolveu-se a partir de um estudo de caso de caráter exploratório descritivo. Para a coleta de dados optou-se por realizar uma observação do cotidiano dos participantes na sua vida acadêmica e pessoal, através de entrevistas semiestruturadas. Salientando durante esta pesquisa, assuntos pertinentes como questões familiares, sociais, afetivos, a inclusão nas universidades, a qualificação e o papel do professor.

Palavras-chaves: inclusão escolar, adultos com transtorno do espectro autista, ensino superior.



INTRODUÇÃO

Ainda não entendida por inteiro e causas desconhecidas, o autismo é considerado um transtorno comportamental, com dano marcante no trio: socialização, comunicação e comportamento, mostrando-se marcante no processo de socialização e interação características mais relevantes desse transtorno.

O vocábulo autismo é proveniente da ligação de duas palavras gregas: “autos” que constitui “em si mesmo” e “ismo” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significava “voltado para si mesmo” (PEREIRA-FERRARI, 2009)

Como se sabe, o termo autismo apareceu na história pela primeira vez em 1911 por um suíço, Eugene Bleuler, ao referir-se a quadros de esquizofrenia. De acordo com a literatura, sem o conhecimento dos estudos de Bleuler, surgiu o psiquiatra Leo Kanner que em 1943 passou a descrever crianças com sintomas diferentes, mais ligados a transtornos emocionais, mas que ao decorrer o próprio foi tendo diferentes olhares (GAUDERER, 1993).

Com intervenções adequadas a pessoa com autismo pode superar as dificuldades e os prejuízos pertencentes ao quadro desse transtorno. Justificando assim a importância do diagnóstico precoce, pois o autismo pode ser evidenciado nos primeiros anos de vida, entre 12 e 24 meses. Podendo também a criança ter um desenvolvimento considerado normal até os 02 anos de idade e ter uma regressão como afirma o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014).

Assim, sabemos que a Lei N° 13.146, de julho de 2015 designa os direitos da inclusão das pessoas com deficiência, deixando em evidencia no Art. 2º Considerando a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial. A lei enfatiza a participação social da pessoa, bem como seus direitos a acessibilidade, informação, igualdade de condições, além de um apoio profissional em instituições públicas e privadas. Deixando claro que a pessoa com deficiência não é afetada em exercer seus direitos civis fortalecendo aspectos tratados na Lei Federal N° 12.764/12.

Baseada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Federal N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, ficando definido que a pessoa com o transtorno é considerada pessoa com deficiência. Estabelecendo acesso à educação e ao



ensino profissionalizante, sendo de responsabilidade do poder público e privado a informação. A lei prevê ainda multa caso o responsável da instituição recuse a matrícula do aluno com autismo.

Ao que diz respeito ao tratamento em si do autismo, é assegurado pela Lei 12.764, mas não há um tratamento singular ou exclusivo deste modo ele pode ser efetivado por meio de excitação sensorial, alteração do desempenho, instrução, tratamento à base de medicamentos, dietas alimentares, musicoterapia, TEACCH - Tratamento e educação para crianças com autismo e com distúrbios correlatos da comunicação, sistema ABA - Análise aplicada do comportamento (*Applied Behavior Analysis*, na sigla em inglês), entre outros métodos que acordo com cada indivíduo possibilitara apoios mais eficientes.

Tendo conhecimento de alguns alunos que estão na graduação, o interesse deu-se em cima da vivência no dia a dia enfrentados por estes alunos. Pesquisas com este tema em questão é congruente, tendo em vista que autismo apesar de ter surgido pela primeira vez em 1911 por Eugene Bleuler, sabe-se que cada indivíduo pode ser muito diferente entre si, além das dúvidas que se apresentam. Pessoas com o transtorno apesar de baixa comunicação social, e quando não afetadas pela deficiência intelectual alcançam sim uma independência, além de carreiras brilhantes no mercado de trabalho, construção de famílias. O que se pretende nessa pesquisa é a análise desses alunos na graduação, quanto à inclusão, não só na universidade e sim no seu meio social e afetivo (GIARDINETTO, 2005).

Partindo dos estudos sobre essas questões e da vivência como tutora de crianças com transtorno do espectro autista no estágio extracurricular, a inquietação de como se dá o desenvolvimento e aprendizagem dessas pessoas, buscou-se ir além da escola regular, questionando como tem se dado a inclusão de alunos adultos com transtorno do espectro autista na Universidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa tem se feito necessário debruçar-se sobre as políticas e leis que amparam esse aluno adulto com autismo no ensino superior, chamando a atenção quando pensamos em inclusão, dando-se uma reflexão acerca da permanência do aluno na instituição, o papel de todo o corpo docente, a relação da família enquanto estimuladora, os desafios no cotidiano da graduação, a socialização, oscilação das emoções nessa nova fase, a qualificação e estratégias de todos os profissionais para melhor atender este adulto, o mercado de trabalho, as medicações que dependendo da dosagem podem prejudicar o indivíduo, chegando à fase adulta, a afetividade e sexualidade.

Como comenta Baptista (2002), há uma necessidade de um intervenção multidisciplinar com profissionais da área médica que sejam qualificados e que busquem uma forma eficaz de



tratamento, para melhor atender esta clientela adulta com autismo. Algumas das atividades clínicas, exigem uma formação acadêmica especializada, sabe-se que todos os objetivos de qualquer que seja o tratamento exigirão uma intervenção individualizada. Caberá ao profissional emanar um levantamento de dados do indivíduo como um todo, desde sua patologia ao contexto que ele se encontra atualmente, para com isso definir os métodos e objetivos que serão alcançados para ajudar o adulto com o transtorno a expandir suas potencialidades. O processo pode ser lento e de custo caro, mas imprescindível que ocorra. Há a necessidade de comunicação entre o docente, os pais e os profissionais que acompanham esse adulto para melhor resultado.

A *Autism Speaks* (2008) lembra que alguns pontos em torno da medicação se fazem necessários salientar. Em primeiro lugar, a medicação só pode ser prescrita por um médico especialista e que tenha dado o laudo da pessoa com autismo. Com isso discussões acerca do uso de medicamentos no autismo são incipientes. Tendo sido demonstrado que os medicamentos têm efeitos positivos para o controle de alguns distúrbios consequentes pelo transtorno, como a ansiedade, agressividade, irritabilidade, hiperatividade. Mas levamos em consideração que toda medicação deve ser ministrada corretamente, pois a mesma pode ter riscos e benefícios. É papel da família a informação com o médico sobre os efeitos colaterais da medicação que dependendo da dosagem pode acarretar efeitos negativos que prejudiquem o desenvolvimento da pessoa.

A fase adulta e esse momento de transição para qualquer indivíduo são conflitantes, pensamos então em transição da criança, para o adolescente, chegando ao adulto com o transtorno do espectro autista. Essa transição precisa ser trabalhada para que essa pessoa autista e os familiares ultrapassem esse processo sem maiores dificuldades, levando em consideração o tempo para tal transição, sendo assim é papel fundamental dos pais a preparação antecipada de tudo que ocorrerá nesta nova fase. Quando há comunicação verbal o indivíduo pode oralizar perfeitamente seus sonhos, desejos e expectativas para o futuro. Contudo, boa parte da infância quem tomou as decisões foi o responsável. E nesse momento se faz necessário o adulto desenvolver habilidades que servirão para sua vida.

Segundo o Manual Transição Para Vida Adulta (*AUTISM SPEAKS*, 2008, p., “a autorrepresentação pode envolver a revelação, sendo importante que um adolescente com autismo seja informado que possui o transtorno”. Sendo assim, ficará mais fácil para os pais mostrarem as habilidades que ele como indivíduo com autismo possui em cima das dificuldades. São pequenos comandos do dia a dia que influenciarão nessa autorrepresentação, começando com decisões



pequenas como por exemplo qual roupa vestir, qual alimento comer, até chegar ao nível de independência com uma vida saudável na universidade quanto na vida social.

Levamos em consideração que o indivíduo após sua transição de criança para adolescente estará propício a questões como a sexualidade que em si gera tabus, apesar de estarmos no século XXI, ainda causa certo desconforto em pessoas da sociedade. Interligando autismo a sexualidade torna-se complexo e muitas vezes causa ansiedade nos familiares e espanto na sociedade, além do impacto das próprias pessoas que cercam esse adolescente com o transtorno.

O Dr. Peter Gerhardt (2000 apud KOLLER, 2000) afirma, que ao contrário de alguns preconceitos sobre instrução da sexualidade, ela não é projetada para estimular, despertar ou excitar e não foca principalmente no ato físico de ter relações sexuais. Mas sim a fim de instruir a educação sexual, sendo fundamental entender como se daria tal educação, para os adolescentes aprenderem a lidar com os instintos naturais de qualquer ser humano nesta fase de transição da puberdade para a vida adulta, como a masturbação, excitação. Além do que a educação é o único meio facilitador para que esse indivíduo não tenha uma conduta inadequada perante a sociedade.

Diante do exposto a relevância deste trabalho se dá, pois faz conhecer como ocorre a inclusão destes alunos, além de conhecermos a qualidade no ensino, a permanência, o olhar da sociedade e do aluno para todo o contexto em que ele está inserido. A referente pesquisa evidencia como se dá o processo de inclusão dos alunos com autismo no ensino superior na Universidade Estadual do Maranhão.

Portanto, objetivou-se verificar como se dá o processo de inclusão dos alunos com TEA na Universidade Estadual do Maranhão. Tendo como objetivos específicos; Mapear quantos alunos com autismo está inclusos na Universidade; Conhecer como tem se dado o processo de inclusão deste aluno com o transtorno; Refletir como ocorrem as relações de interação dos alunos com TEA na Universidade Estadual do Maranhão; Investigar se a Universidade tem promovido às adequações curriculares necessárias para estes alunos.

Enfim, vale salientar que se torna imprescindível está pesquisa sobre o tema em questão, por ser restrito o assunto na literatura, fazendo com que os estudos sobre essa área sejam formidáveis. Tendo em vista que esta investigação pretende ampliar o conhecimento sobre adultos que estão em nível de graduação e sua vida na sociedade, no seu meio acadêmico, mercado de trabalho e relações pessoais.

METODOLOGIA



Esta pesquisa tem sido desenvolvida a partir de uma perspectiva exploratória descritiva com abordagem qualitativa e tem buscado como afirma Gil(2002, p.41) “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, pois este tipo de pesquisa tem como finalidade o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos ao fato estudado”.

A análise qualitativa foi à preferência deste trabalho por inquirir um fato que não deve ser quantificado. Sendo assim esse tipo de análise trabalha com o mundo de definições, valores, religiões e maneiras, satisfazendo a um ambiente mais intenso das relações, das metodologias e dos acontecimentos aos quais não podem ser diminuídos à maneira de operar mutáveis.

Neste sentido, Gil (2002, p. 129) relata que “não há como definir a priori as etapas a serem seguidas em todas as pesquisas dessa natureza. Isso porque, a especificidade de cada estudo, acaba por ditar seus próprios levantamentos”.

Gil (2002) afirma que esse delineamento é muito mais amplo do que os levantamentos. Para o autor, o estudo de campo “inicia-se com um plano bem geral, visto que este tipo de delineamento, leva em consideração, principalmente, os objetivos da pesquisa”.

A seleção dos informantes e as estratégias para a coleta de dados costumam ser definidas somente após exploração preliminar da situação (GIL, 2002, p. 129).

A coleta de dados está sendo realizada por meio de entrevista, com um guia estruturado, pré-testado, que aborda questionamentos acerca dos aspectos que dizem respeito ao adulto com transtorno do espectro autista no ensino superior na Universidade Estadual do Maranhão em São Luís – Maranhão, sendo realizado após o esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa tem se dado a partir de um estudo de caso de caráter exploratório, com alunos da Universidade Estadual do Maranhão. Para a coleta de dados optou-se por realizar uma observação do cotidiano do adulto na sua vida acadêmica e pessoal, através de entrevistas semiestruturadas diretamente com os alunos adultos que apresentem diagnóstico de transtorno do espectro autista.

Até o momento, foi possível mapear alguns alunos com laudo médico com o transtorno do espectro autista na Universidade Estadual do Maranhão, porém já foi possível constatar com o mapeamento inicial que há um baixo índice de casos, que segundo relato do Núcleo de



Accessibilidade da Universidade, há grande dificuldade de se coletar esses dados, pois se espera que as direções dos cursos repassem essas informações para o núcleo semestralmente, infelizmente sendo um fato que não acontece.

A expectativa desta pesquisa é que a partir do relato do aluno no ensino superior da rede pública, que tem o dever ter um ensino inclusivo, possa ter resultados positivos a aprendizagem e desenvolvimento. Espera-se com a coleta de dados determinado no campo de pesquisa com o aluno da Universidade Estadual do Maranhão, que se aprofundem as discussões e explicações provocadas pela pesquisadora que possibilitaram uma reflexão sobre as suas práticas, o que possivelmente contribuirá para mudanças positivas para a sociedade com melhorias e avanços no ensino superior inclusivo de pessoas adultas com transtorno do espectro autista.

Ao que diz respeito ao adolescente com transtorno do espectro autista no ensino superior em São Luís – Maranhão nota-se que ocorrem dificuldades desde os primórdios da educação daquele aluno, ou seja, a dificuldade já começa na alfabetização e dura todo o tempo escolar, perdurando até a vida adulta nas universidades.

Os problemas e dificuldades encontradas pelos educadores, de maneira geral, se expõem na forma de angústia e conflito ao lidar com um aluno dito “diferente”. Tendo em vista que o educador precisa ser um profissional atuante, que compreenda as dificuldades do seu aluno e a diversidade de toda a sala de forma geral.

Diante de tudo que foi exposto, de certa forma seja possível mostrar que as diferenças no comportamento sejam respeitadas. Contudo sabe-se que o auxílio da família juntamente com os profissionais especializados para atender, os educadores da universidade, facilitaram o desenvolvimento deste aluno. A universidade abre as portas para o ensino, entretanto nem todas têm qualidade para mantê-los ou não estão dispostos a ampliar as aptidões destes educandos, por isso é indispensável que haja uma reflexão para que a inclusão não seja apenas a ideia de uma simples matrícula, mas sim a permanência deste aluno com o transtorno e que ele consiga se desenvolver, aprender e conquistar seu espaço na sociedade sem barreiras e preconceitos.

CONCLUSÃO

Dado o exposto o transtorno do espectro autista no âmbito acadêmico é uma realidade, em que a sociedade bem como os profissionais deve estar preparada tanto fisicamente quanto psicologicamente para receber essas pessoas com o transtorno do espectro autista, sendo um professor reflexivo e que proporcione sem discriminação conhecimento e aprendizagem.



Sabe-se que deve haver harmonia entre a família, as pessoas da área médica responsável pelos cuidados com a saúde deste indivíduo os educadores e a pessoa com o transtorno, assim ocorrendo uma boa comunicação entre eles, para que haja a utilização de métodos que impulsionem o avanço educacional e social.

Diante de tudo que foi analisado, é fato que a redução das tradições, desvirtuadas ao que diz respeito à incapacidade de adultos com autismo de interagirem com o ambiente e as pessoas com quem vivem, é de grande valor, além disso, pode ser obtida por meio de reforços estimuladores.

Portanto, de forma conflitante observa-se, que em vários momentos, a exclusão atuante na sociedade e as universidades que de maneira suposta se descrevem inclusivas, faz-se presente, uma vez que o aluno obtém a matrícula na universidade, mas não consegue uma boa interação com o educador e com a classe, muitas vezes havendo certo tipo de “confronto” com um aluno sem deficiência (GOLDBERG; PINHEIRO; BOSA, 2005).

Por fim, pesquisas, investigações e análises que examinem esses aspectos poderão contribuir de maneira positiva para o fim de costumes em volta da educação dessas pessoas com autismo, ministrando ênfases de que é possível sim, irem a uma universidade, é provável sua evolução, na verdade um investimento em um espaço que, acima de tudo, é um direito seja ele criança, adolescente, adulto ou idoso. Diante do exposto, vale ressaltar que não apenas modificações no currículo educacional são satisfatórios para asseverar assim a inclusão. É necessário e imprescindíveis transformações na sociedade, que acaba de certo modo sendo preconceituosa e excludente, além do profissional sejam da educação, ou área médica que atuam diretamente com a pessoa autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTISM SPEAKS. **Manual Transição Para Vida Adulta**. Autism Speaks. Serviços De Família. Kit Ferramenta de Transição. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/Manual%20Transicao%20para%20a%20Vida%20Adulta-%20Autismo.pdf> Acesso: 10 Agosto 2016.

BAPTISTA, C. R. Integração e autismo: análise de um percurso integrado. In_: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. A. (Orgs.), **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção** (pp. 127-139). Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro De 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo/coordenação geral.** Edição 2. MEC, SEESP. Brasília. 2004. 64 p.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo.** [S.I]: Atheneu, 1993.

GERHARDT, Peter F. Autismo e sexualidade. 2000. KOLLER, R. **Sexuality and adolescents with autism. Sexuality and Disability,** [Sexualidade e adolescente com autismo] Sexualidade e Deficiência. 18 (125-135), 2000. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/Manual%20Transicao%20para%20a%20Vida%20Adulta-%20Autismo.pdf> Acesso: 10 Agosto 2016.

GIARDINETTO, Andréa R. dos S. B. **Comparando a interação social de crianças autistas:** as contribuições do programa teacch e do currículo funcional natural. São Carlos, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDBERG, K., PINHEIRO, L. R. S., BOSA, C. A. **A opção do professor pela área de educação especial e sua visão acerca de um trabalho inclusivo.** Revista Perspectiva, Erechim, 2005.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico]: **DSM-5** / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ...[et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

PEREIRA-FERRARI, L [et al]. Análise genética de neurotransmissores em pacientes brasileiros com autismo. v. 1, n. 2. **Cadernos da Escola de Saúde, Curitiba.** Faculdades Integradas do Brasil.: 2009.